

LGPD

A lei n.º 13.709/18, conhecida como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), entrará em vigor em agosto de 2020. Essa nova lei altera o Marco Civil da Internet (Lei n.º 12.965/14) no que tange ao tratamento de dados pessoais. Não importa para a LGPD os dados de pessoas jurídicas, documentos sigilosos, segredos de negócios, planos estratégicos, *softwares* e patentes. Essas informações não tratadas pela nova lei, já são reguladas em outros dispositivos legais como por exemplo a Lei de Propriedade Industrial (Lei n.º 9.279/96), a Lei de Direitos Autorais (Lei n.º 9.610/98) e a Lei de Software (Lei n.º 9.609/98).

A INTENÇÃO DA LGPD É PROTEGER INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PESSOAS NATURAIS IDENTIFICADAS OU QUE POSSAM SER IDENTIFICÁVEIS.

O que busca a LGPD é regular o uso das informações pessoais que são fornecidas pelos usuários (pessoas físicas) por meio de tecnologias digitais e analógicas, ou seja, além de regular dados automatizados em computadores, servidores, inteligência artificial, também regulará dados de pessoas físicas existentes em papel, como por exemplo no histórico de pacientes de uma clínica médica, portarias de edifícios, e-commerce, cadastros ou em setores de Recursos Humanos de uma empresa, por exemplo. A nova norma valerá para qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que trate dados de outrem em modo geral.

LGPD (GDPR)

The Law No. 13.709/ 18, known as the Brazilian New Data Protection Regulation (*Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD* or *General Data Protection Regulation - GDPR*), will enter into force in August 2020. This new law amends the Brazilian Civil Rights Framework for the Internet (Law No. 12.965/14) as regards the processing of personal data. It doesn't matter to GDPR any data related to the company's itself, sensitive documents, business secrets, strategic plans, software and patents. These information not handled by the new law are already regulated in other laws such as the Industrial Property Law (Law No. 9.279/96), the Copyright Law (Law No. 9.610/98) and the Software Law (Law No. 9.609/98).

GDPR INTENDS TO PROTECT INFORMATION RELATED TO IDENTIFIED OR IDENTIFIABLE NATURAL PERSONS.

The purpose of the GDPR is to regulate the use of personal information provided by users (individuals) through digital and analogic technologies, that is, in addition to regulate automated data on computers, servers, and artificial intelligence it will also regulate data from individuals on papers, such as the history of patients in a medical clinic, building ordinances, e-commerce, registrations or in human resources sectors of a company. The law will apply to any natural person or a public-held or private held legal entity that process data of individuals in general.

E O QUE É TRATAMENTO DE DADOS?

Nos termos da lei, o tratamento de dados refere-se à toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Considerando o amplo conceito de tratamento, as empresas e empresários deverão ter conhecimento dos diversos requisitos que a lei detalha para o devido tratamento de dados de terceiros. Exemplificativamente, obter o consentimento das pessoas físicas (titular dos dados) para coleta de dados que estiver oferecendo, indicando o que será feito com os referidos dados ou informando quando tais dados forem necessários para a execução de uma atividade assim como a celebração de um contrato, por exemplo.

A LGPD CRIA UMA SÉRIE DE DIREITOS PARA AS PESSOAS FÍSICAS, AS TITULARES DAS INFORMAÇÕES

A lei também inova no sentido de criar direitos para o titular do dado como eliminar seus dados pessoais em um banco de dados de uma determinada empresa ou solicitar a correção imediata de dados que são inexatos.

Além de tais direitos, o titular poderá exigir das empresas e de seus administradores o cumprimento de inúmeras obrigações com a finalidade (i) de demonstrar que os dados foram obtidos em consonância com a lei, (ii) que provem que seu sistema é seguro o

AND WHAT DATA PROCESSING MEANS?

According to the law, data processing refers to any operation carried out with personal data, such as collection, production, receipt, classification, use, access, reproduction, transmission, distribution, processing, archiving, storage, removal/elimination, evaluation or control of information, modification, communication, transfer, dissemination/diffusion or extraction.

Considering the broad concept of data processing, companies and managers/entrepreneurs should be aware of the various requirements that the law details for the proper processing of third-party data. For example, obtaining the consent of the individual (data holder) to collect the data you are offering, indicating what will be done with such data, informing when such data will be necessary for the execution of contract, for example.

GDPR CREATES A SERIES OF RIGHTS FOR INDIVIDUALS, INFORMATION HOLDERS

The law also innovates creating rights for the data holder such as removing/eliminating their personal data in a database of a company or requesting immediate correction of data that is inaccurate.

In addition to such rights, the data holder may require to companies and their managers to comply with numerous obligations for the purpose of (i) demonstrate that the data were obtained in accordance with the law, (ii) provide their

suficiente, ou ainda (iii) que responda solidariamente por um eventual dano a terceiros por violar a LGPD.

Portanto, as empresas e os empresários deverão se adequar na nova lei, investir em segurança digital e aprimorar o sistema de uso de dados dos seus clientes, para que seja seguro e transparente.

SANÇÕES

Se a empresa não cumprir com a nova Lei Geral de Proteção de Dados, e consequentemente for afetada por um vazamento de dado, além do dano reputacional, poderá ser responsabilizada administrativamente e responder a processos perante o Poder Judiciário em ações individuais e coletivas.

A Autoridade Nacional, órgão competente pela fiscalização da LGPD poderá aplicar sanções administrativas se forem cometidas infrações às normas previstas na referida lei. As punições podem ser advertências, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas e até multa simples de até 2% do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, limitada em R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração.

O conteúdo aqui presente foi elaborado em caráter meramente informativo e não deve ser utilizado isoladamente para a tomada de qualquer decisão.

O time de advogados do Pascowitch e Moreira Advogados Associados está a sua disposição para prestar os esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente,

data system is safe and secure, (iii) to be jointly and severally liable for any damages to third parties for violating GDPR.

Therefore, companies and its managers and entrepreneurs will have to adapt to the new law, investing in digital security and improving their customer's data system to be safe and transparent.

SANCTIONS

If the company fails to comply with the Brazilian's New Data Protection Law, and consequently got affected by a data leak, besides the reputational damage, it may be administratively liable and prosecuted by lawsuits and class actions in courts.

The National Authority, which is responsible for GDPR inspection, may impose administrative sanctions if violations in the law are committed. The punishments may be warnings, indicating the deadline for the adoption of corrective measures, even fines in the amount equivalent up to 2% of the revenues of the legal entity, limited to R\$ 50.000.000,00 (fifty million Brazilian reais) per infraction.

The content contained herein is for informational purposes only and should not be used to make any isolated decision.

Pascowitch and Moreira Law Firm is at your disposal to provide any further clarifications you may deem necessary.